

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 108.546 - MG (2019/0045709-3)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**RECORRENTE : DANIEL BRUNO DOMINGOS DOS SANTOS (PRESO)**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**DECISÃO**

**DANIEL BRUNO DOMINGOS DOS SANTOS** alega sofrer coação ilegal em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais**, que denegou o HC n. 1.0000.18.120996-6/000.

Busca-se, por meio deste recurso, seja determinado o trancamento do processo e, conseqüentemente, seja revogada a prisão preventiva do recorrente, decretada pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 155, §§ 1º e 4º, I, e 155, §§ 1º e 4º, I, c/c o art. 14, II, todos do Código Penal. Isso porque, segundo a defesa, as condutas imputadas ao acusado são materialmente atípicas, em decorrência da aplicação do princípio da insignificância.

**O pedido de urgência não comporta acolhimento.**

Em análise perfunctória – inerente a esta fase processual –, observo que o Juiz de primeiro grau salientou que, "não obstante a primariedade do autuado, tem-se que ele foi apresentado em audiência de custódia, em 04/10/2016, 05/08/2018 e 18/09/2018, pelo suposto cometimento de furto qualificado, tendo sido agraciado com a liberdade provisória, nas três ocasiões mediante a imposição de medidas cautelares, sendo certo que na última lhe foi concedido o recolhimento em albergue" (fl. 77).

Com efeito, a Terceira Seção deste Superior Tribunal, por ocasião do julgamento dos **EAREsp n. 221.999/RS** (DJe 10/12/2015), de relatoria do Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, firmou o entendimento de que "a reiteração criminosa inviabiliza a aplicação do princípio da insignificância, ressalvada a possibilidade de, no caso concreto, as instâncias ordinárias verificarem que a medida é socialmente recomendável".

Portanto, a **contumácia delitiva** do recorrente, notadamente em crimes contra o patrimônio, afastam, ao menos por ora, a aventada atipicidade material das condutas por ele perpetradas e, igualmente, evidencia a necessidade de manutenção da custódia preventiva para a **garantia da ordem pública**, em especial para o fim de evitar a reiteração criminosa.

À vista do exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau, encarecendo o envio dos elementos indispensáveis à análise do alegado no recurso.

Em seguida, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 20 de fevereiro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**